



A Assembleia de Deus nos anos de 1990: a “Década da Colheita”

Assembly of God in the 1990s: “The Decade of Harvest”

Jérri Roberto Marin*

Resumo

O artigo analisa a Igreja Assembleia de Deus nos anos 1990 e o projeto *Década da Colheita*, sobretudo, seus discursos e suas motivações. Foram privilegiadas as lutas por poder e as tensões entre as lideranças em torno de questões doutrinárias, teológicas, administrativas e ministeriais numa conjuntura marcada por inúmeras transformações na sociedade brasileira. Isso se manifestou quando um grupo de pastores passou a defender reformas internas e procurou legitimar sua posição frente aos pastores que eram contrários às mudanças. Numa ofensiva, sem precedentes por parte da Igreja, as lideranças investiram em estratégias diversificadas a fim de garantir a expansão, a legitimidade e o reconhecimento social. No “tempo do fim”, quando era esperado o segundo retorno de Jesus Cristo, a Igreja deveria conquistar e salvar toda a humanidade. Concretizada a colheita adviria o arrebatamento final. Assim, a *Década da Colheita* tinha conotação de conquista, de guerra, de ação coletiva e de cruzada. Ao longo dos anos 1990 houve uma disposição das lideranças para acompanhar as transformações em curso na sociedade, aspecto que garantiu sua consolidação como a maior igreja pentecostal do Brasil. A Assembleia de Deus conquistou também grande visibilidade pública, sucesso na política partidária, espaços na televisão e grande prestígio social.

Palavras-chave: Assembleia de Deus. Década da Colheita. Representações Sociais.

Abstract

This article analyzes the Assembly of God Church in the 1990s and also the project titled Decade of Harvest, especially the discourses and their motivations. In this essay, struggles by the power and tensions between leaders with regard to doctrinal, theological, administrative and ministerial issues, in an environment marked by several changes in Brazilian society, were highlighted. These disputes began when a group of pastors went on to defend domestic reforms and sought to legitimize his position before the pastors who opposed the changes. In this unique and unprecedented offensive by the Church, leaders invested in diversified strategies to ensure the expansion, legitimacy and social recognition. In the "end time" when it was expected the second coming of Jesus Christ, the Church should conquer and save all mankind. After the completion of the harvest, the final rapture would undoubtedly come. Thus, the Decade of Harvest had connotations of conquest, war, collective action and cross. Throughout the 1990s there was a willingness of leaders to monitor the changes taking place in society, which could ensure its consolidation as the largest Pentecostal church in Brazil. The Assembly of God also won high-profile success in partisan politics, spaces in TV and great social prestige.

Keywords: Assembly of God. Decade of harvest. Social representations.

Artigo recebido em 10 de maio de 2014 e aprovado em 25 de Junho de 2014.

* Doutor em História. Professor na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). País de origem: Brasil. E-mail: jerrimarin@bol.com.br.

Introdução

Este artigo analisa a Assembleia de Deus¹ nos anos 1980 e 1990 e o projeto *Década da Colheita*, sobretudo os seus discursos e suas motivações.² Naquele contexto, a sociedade brasileira estava passando por inúmeras transformações, advindas com a redemocratização, e o campo religioso estava, cada vez mais, complexo, diversificado e competitivo com a oferta de inúmeras religiões e milhares de igrejas, movimentos, correntes e alternativas religiosas. Ou seja, a crescente pluralização do campo religioso brasileiro tornava o mercado cada vez mais concorrido.

Nas décadas de 1980 e de 1990 houve um crescimento dos pentecostais e neopentecostais e a Igreja Católica perdeu cerca de três milhões de fiéis. Os católicos ainda representavam 73,8% da população (122 milhões), porém perderam espaços diante dos avanços pentecostais e neopentecostais. Observa-se também na nova demografia religiosa, o avanço da Renovação Carismática e da Nova Era e a gradual retração dos protestantes históricos e pentecostais (Luteranos, Anglicanos, algumas igrejas Batistas e a Congregação Cristã do Brasil) e das religiões afro-brasileiras (PIERUCCI, 2004). As religiões orientais cresceram, tais como o Budismo, o Islamismo e o Judaísmo, assim como as religiões esotéricas e as indígenas. Nessa conjuntura cresceram os indivíduos que não seguiam nenhuma religião, assim como a adesão a variados sistemas de crenças.

Diante das transformações em curso na sociedade brasileira e desse cenário religioso competitivo, as lideranças da Assembleia de Deus iniciaram uma ofensiva sem precedentes a fim de se tornarem a maior igreja pentecostal do Brasil e, ao mesmo tempo, alargar sua presença e participação nos campos religioso, político,

¹ O objeto desse artigo é a Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), que é constituída por várias convenções estaduais e regionais, além de vários *ministérios*. Portanto, não existe uma única Assembleia de Deus, mas várias Assembleias de Deus. Também não será enfocado o Ministério de Madureira. O lançamento do projeto *Década da Colheita* coincidiu com a exclusão, em 1989, pela CGADB, do Ministério de Madureira, aspecto que revelava as disputas pelo poder político, econômico, ideológico e simbólico no âmbito das Assembleias de Deus.

² Essa temática foi parcialmente tratada em comunicação no IV Encontro do GT Nacional de História das Religiões e Religiosidades – ANPUH, conforme anais (MARIN, 2013).

público e midiático (PIERUCCI, 1996, p. 163-167). A ofensiva se justificava também na crença do fim dos tempos e na volta de Jesus Cristo, previstos para o ano 2000 (ARAÚJO, 2000, p. 197). Caberia à Assembleia de Deus, diante dessa urgência, sensibilizar, mobilizar, converter e, por meio de uma ação planejada, salvar o maior número possível de pessoas antes do arrebatamento final.³

Esse processo não se impôs sem conflitos entre as lideranças, pois essas estavam divididas, o que gerava debates e divisões internas. No campo político, as lideranças conservadoras, em geral pastores que estavam há mais tempo na instituição e que eram contrários às inovações, defendiam uma nítida separação entre religião e política. Enquanto a religião trataria de coisas divinas, puras e sagradas, a política cuidaria das coisas profanas, terrenas e seculares, portanto, indignas do universo religioso e fora dos seus limites (ARAÚJO, 2000, p. 183). As lideranças mais progressistas, que denomino de revisionistas, em geral pastores jovens que ansiavam por mudanças, ao temerem a perda de espaços na sociedade e, ao mesmo tempo, a ruína moral pelo não cumprimento dos *usos e costumes*, passaram a defender mudanças profundas na Igreja a fim de conquistarem novos espaços. Esse grupo estava atento à conjuntura política brasileira e desejava redefinir o modelo de participação frente às novas demandas do tempo presente em detrimento da preocupação exclusiva com a vida eterna. Para eles, a política fazia parte do religioso e novos papéis estavam reservados aos assembleianos nesses campos.

Para disputar espaços com outros grupos religiosos, que se preparavam para eleger candidatos que iriam elaborar a nova Constituição, inúmeras lideranças passaram a defender a candidatura de assembleianos (POR QUE, 1985, p. 6). Os fiéis foram mobilizados para votarem nesses candidatos pela defesa dos bons costumes, da liberdade religiosa, dos interesses da Igreja e para resolverem os problemas sociais do Brasil (OS RUMOS, 1986, p. 15-16). Como resultados dessas

³ O arrebatamento iniciaria com o segundo retorno de Jesus Cristo e, como decorrência, ocorreria o juízo final. Jesus resgataria os salvos, que gozariam da vida eterna, e os humanos que não o aceitaram como salvador seriam condenados ao inferno. Após, haveria a construção do "novo céu" e da "nova Terra", que iria durar um período de mil anos.

mobilizações foram eleitos 33 deputados evangélicos, sendo 13 assembleianos. Apesar disso, lideranças conservadoras continuavam a se pronunciar na imprensa defendendo posições contrárias à participação política e à politização interna.

1 A Década da Colheita

Em 1989, foi realizada em Salvador, Bahia, uma Assembleia Geral Extraordinária da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), a fim de debater os desafios da Igreja no Brasil e para viabilizar o projeto *Década da Colheita*, que foi formulado pelo Comitê Mundial das Igrejas Assembleias de Deus, em reunião realizada em agosto de 1988 (EDITAL, 1989, p. 1). José Wellington Bezerra da Costa, como presidente da CGADB, assumiu o compromisso de viabilizar cinco metas, que abrangiam diferentes áreas e que foram previstas pelo Comitê Mundial. A primeira era criar uma rede de orações, com três milhões de brasileiros pelo êxito da *Década da Colheita*; a segunda, iniciar o ano de 1990 com uma ofensiva que se propunha a evangelizar o Brasil, utilizando-se de meios diversificados, tais como a televisão, o rádio, os jornais, os folhetos, as praças, o telefone, as visitas às residências e aos hospitais e o envio de missionários para regiões onde a Igreja não estava presente. O objetivo era alcançar, até o ano 2000, 50 milhões de membros. A terceira era formar novos *obreiros*; a quarta meta era expandir o número de igrejas; e a quinta era enviar missionários para outros países e financiar suas atividades (DANIEL, 2004, p. 530).

A Assembleia Geral Extraordinária da CGADB, realizada em 1989, criou uma Comissão Nacional para adaptar essas metas à realidade brasileira. Essa Comissão apresentou os resultados dos seus estudos na Assembleia Geral da CGADB, realizada em janeiro de 1990 (DANIEL, 2004, p. 529-531). O anteprojeto foi debatido na segunda sessão convencional, no dia 8 de janeiro e, após, foi encaminhado à aprovação dos convencionais (DANIEL, 2004, p. 541-544). O anteprojeto era ambicioso e reafirmava a maioria das metas estabelecidas pelo

Comitê internacional, porém apresentava algumas alterações. As metas eram: 1) organizar três milhões de intercessores que orassem pelo êxito da *Década da Colheita*; 2) ampliar para 50 milhões o número de fiéis por meio da conversão de novos membros, da manutenção dos fiéis no rol de membros e da reconquista daqueles que tinham se afastado ou se convertido às outras religiões; 3) formar e treinar 100 mil *obreiros* que se dedicassem à militância evangelizadora; 4) fundar 50 mil novas igrejas; e 5) enviar missionários para outros países (A DÉCADA, 1990, p. 11).

A divulgação do projeto *Década da Colheita* e a mobilização dos fiéis em nível nacional foram realizadas nos cultos, nas escolas dominicais, nas publicações oficiais e por meio da impressão de 100 mil cartazes e de três milhões de folhetos (DANIEL, 2004, p. 541). Para que as metas fossem alcançadas foram previstas reestruturações internas na Igreja. Entre elas, o reforço dos princípios teológicos e doutrinários, a reordenação dos cultos e das escolas dominicais e a realização de investimentos para aumentar o número de membros e de templos. O projeto estabelecia dezoito reestruturações, sendo a principal a reforma dos cultos, que deveriam priorizar os testemunhos legítimos, os exemplos das lideranças, as manifestações dos dons, a pregação, o ensino bíblico, as orações e os jejuns. As igrejas deveriam ficar abertas durante todo o dia e passariam a realizar três reuniões diárias, priorizando a pregação, os testemunhos e o envolvimento dos fiéis no projeto *Década da Colheita*:

As festividades, a execução de hinos e os ensaios de grupos musicais e outras atividades deveriam ser reduzidas, por desviarem-se do foco central que era a evangelização e o reforço doutrinário. Os cultos públicos, realizados em ruas e praças, para pequenas e médias audiências, foram valorizados como elemento distintivo e tradicional da Igreja e como estratégia eficaz para conquistar novos membros (MARIN, 2013, p. 4).

Os cultos públicos nas ruas e praças tinham entrado em declínio durante a década de 1980, porém foram novamente estimulados e valorizados (PROJETO, 1990, p. 15).

As metas de expansão numérica e institucional, para que fossem alcançadas, exigiram a estruturação de investimentos diversificados de mobilização, instrução, motivação, *marketing* religioso e de arrecadação de recursos para financiar os empreendimentos. Houve a preocupação de planejar, de estabelecer metas coletivas e individuais e de criar estratégias certas e compatíveis com o que tinha sido proposto. O planejamento prévio, a economia das forças e o uso racional do tempo evitariam o fracasso e tornariam os trabalhos mais eficazes e produtivos. Os crentes e os pastores, como portadores de uma missão especial e redentora, foram constantemente admoestados a se empenharem nesse projeto coletivo de salvação da humanidade, que envolvia o aprimoramento teológico, a mobilização, a lealdade, o auto-sacrifício e a submissão de todos aos desígnios divinos (MARIN, 2013, p. 4).

O desafio da Assembleia de Deus era atingir todos os países e todas as religiões concorrentes. Para Pompa (1998), no imaginário do fim dos tempos os indivíduos não deveriam estar apartados do mundo ou viverem fora da história, mas estarem inseridos nele intervindo em nome de Jesus. Para tal, era necessário “estabelecer metas definidas” e disposição para vencer os obstáculos (EVANGELIZEMOS, 1992, p. 37). A cruzada exigia organização, recursos, disposição para vencer os desafios e decisão pessoal e coletiva:

Nosso propósito deve ser firme, coletivo e imediato. Temos uma tarefa e precisamos cumpri-la. Precisamos vencer o desafio. A expansão do Reino de Deus deve ser nossa prioridade UM. [...] Mais do que tudo, precisamos um forte espírito de decisão. Temos de IR. [...] Chegaremos aos confins da terra depois de darmos o passo inicial (EVANGELIZEMOS, 1992, p. 39-40).

Como forma de divulgar a *Década da Colheita* nas igrejas e para mobilizar os fiéis foram organizados seminários em nível local, estadual e regional sobre o tema e com orientações sobre a criação de “métodos, objetivos e aferição do desempenho” para: treinar os fiéis para o trabalho pastoral e de divulgação, auxiliando-os financeiramente e organizando-os em grupos e em turnos; viabilizar

o pagamento de salários e a liberação de pastores e *obreiros* para se dedicarem em “tempo integral” às atividades missionárias; e a divulgação das publicações oficiais e para subsidiar a ofensiva de expansão. Deveria ser elaborado um logotipo para a *Década da Colheita*, que seria veiculado nos jornais, papéis timbrados, envelopes, cartazes, folhetos e em outros materiais burocráticos da CGADB; foi planejada também a criação de uma página no jornal *Mensageiro da Paz*, a preparação de um compêndio sobre o tema e a confecção de folhetos e jornais para divulgar a Igreja. A linguagem utilizada nesses meios deveria ser “inteligente, curta e objetiva” e trazer subsídios às igrejas e aos fiéis (DANIEL, 2004, p. 541). Para financiar esses projetos e os mutirões de arrecimação de novos membros estavam previstas campanhas para arrecadar recursos.⁴ Desses, 50% permaneceriam nas igrejas para serem aplicados em várias frentes, tais como:

[...] compra/impressão de folhetos para a evangelização; distribuição de jornais com mensagens evangélicas e testemunhos; uso da mídia; veículos com serviço de som nas ruas e praças; faixas e cartazes alusivos aos trabalhos evangelísticos; salário dos evangelistas de tempo integral e ajuda de custo aos leigos que realizarem tarefa semelhante em determinado período do dia; envio de correspondências evangélicas e de recepção aos novos convertidos, bem como aos desviados [...] colaboração com a CGADB e seus projetos evangelísticos (DANIEL, 2004, p. 544).

A opção de não utilizarem os meios de comunicação massivos contrariava as decisões do Comitê Internacional, que estimulava o uso da televisão, do telefone e do rádio para a propagação de suas mensagens. Esse aspecto é revelador da readequação daquelas diretrizes às normas nacionais da Igreja e o afastamento, a partir dos anos 1960, da matriz missiológica norte-americana (OLIVA; BENATTE, 2000, p. 51-52). As lideranças brasileiras, do grupo conservador, defendiam a interdição ao acesso e ao uso da televisão, do rádio e do telefone e a manutenção da rigidez nos *usos e costumes* e não aceitavam a flexibilização dos mesmos. Entre 1930 e 2005, foram realizados quarenta e um encontros entre as lideranças da Assembleia de Deus para analisar assuntos doutrinários, teológicos, administrativos, ministeriais, entre outros temas. Nesses encontros acirraram-se as

⁴ Os recursos seriam provenientes da CGADB, contribuição das convenções regionais, 50% da renda líquida dos seminários regionais realizados pela coordenação e a contribuição voluntária nas igrejas (DANIEL, 2004, p. 541).

divergências e as lutas entre conservadores e revisionistas sobre a utilização do rádio e da televisão para transmissão de suas mensagens e a flexibilização dos *usos e costumes* (FONSECA, 2009, p. 189).

O predomínio do grupo conservador colocava interdições aos fiéis de terem aparelhos de televisão e de rádio e à sua utilização na transmissão de suas mensagens, desde as primeiras discussões sobre o tema na assembleia de 1968. Nessa ocasião, a televisão foi considerada demoníaca, fonte de malefícios e desvirtuadora da sociedade pela má qualidade da maioria dos programas. Os fiéis eram advertidos sobre os perigos que corriam ao assisti-la e orientados a se desfazerem dos mesmos (DANIEL, 2004, p. 399). Na Convenção de 1973, “por maioria absoluta de votos de seus membros presentes”, foi condenado o uso de TV “pelos perigos espirituais que ele [produzia]”, como também os de ordem física, ou seja, a exacerbação dos sentidos, sobretudo os sexuais. A TV seria um inimigo insidioso e ameaçador por ser controlado por hereges, judeus, banqueiros, entre outros (DANIEL, 2004, p. 424).

Como decorrência, a palavra impressa e a leitura foram valorizados como meios para difundir as mensagens teológicas, doutrinárias e administrativas e para homogeneizar as ações e as manifestações religiosas. A CGADB permitiu, para divulgar a *Década da Colheita*, apenas a utilização dos carros com serviço de som nas ruas e praças, as faixas e cartazes e, sobretudo, a imprensa escrita periódica. O jornal *Mensageiro da Paz* publicava uma coluna, intitulada *A Década da Colheita*, e a revista *A Seara* privilegiava as mensagens doutrinárias e de evangelização. A revista *Lições Bíblicas* atendia ao ensino religioso nas escolas dominicais, com livros para os alunos e para os professores, e publicava textos aprovados pela Divisão de Educação Cristã. A tiragem dessa revista era estimada em um milhão na década de 1980 e passou a dois milhões na década de 1990 e se tornou um grande sucesso editorial (FONECA; ROIZ, 2009, p. 248-249).

Outra questão, que motivou tensões, lutas pelo poder e disputas entre as lideranças, referia-se às restrições nos *usos e costumes*, sistematizados em 22 de janeiro de 1975, na Resolução de Santo André, que reuniu os debates travados durante 45 anos pelas lideranças. As doutrinas, como as de *usos e costumes*, eram representadas, pelas lideranças conservadoras, como meio de salvação e impunha normas diversas aos seus membros, tais como: as mulheres não poderiam cortar os cabelos e os homens deveriam mantê-los curtos; as mulheres estavam proibidas de usarem trajes masculinos, valorizando-se as saias em detrimento das calças, porém foram condenadas as minissaias e de roupas que contrariassem o testemunho de uma vida cristã; havia a interdição ao uso de acessórios, de cosméticos, de maquiagem e da depilação (inclusive das sobrancelhas); foi condenada a utilização de bebidas alcoólicas (DANIEL, 2004, p. 438-439). Os fiéis também foram admoestados a se manterem afastados de outros males como jogos de azar, a moda, discursos da esquerda, do ateísmo, das demais religiões e opções religiosas, do homossexualismo, da eutanásia, do aborto, do divórcio, entre outros. Ou seja, a Igreja, para alargar sua presença e participação no mercado religioso brasileiro, fundamentou-se na unidade teológica, na ortodoxia, na mobilização de todos os seus membros e no conservadorismo, apresentados como elementos distintivos e *positivos* em relação aos concorrentes.

O projeto *Década da Colheita* foi apresentado como uma revelação profética de Deus aos pastores durante suas orações. Essa teria ocorrido durante o encontro do Comitê Mundial das Igrejas Assembleias de Deus, em Indianápolis, nos Estados Unidos. Nesse sentido, sua legitimidade provinha da revelação e da Bíblia e por trazer princípios religiosos incontestáveis (SOARES, 1992, p. 2). Para justificar a *Década da Colheita* houve a invenção de uma tradição⁵, que ligava o projeto há tempos imemoriais, ou seja, a festa dos Tabernáculos, realizadas pelos judeus para recordar a diáspora, quando vagaram pelo deserto. A festa também celebrava as colheitas agrícolas providas por Deus (Êxodo 23,16). A *Década da Colheita* também foi contextualizada à época de Jesus quando ele teria declarado que os

⁵ Para Hobsbawm (1994, p. 9), muitas tradições que se acredita serem recentes, como as comemorações das datas pátrias e os símbolos nacionais, são invenções recentes, ou seja, um “conjunto de práticas [...], de natureza ritual ou simbólica, que buscam inculcar certos valores e normas de comportamento”.

campos estavam maduros, que a colheita seria abundante e que estava na hora de iniciá-la (Mateus 9,36-38). Essa colheita iria durar até o seu retorno. Assim, esse propósito divino confiado à Assembleia de Deus tinha como objetivo realizar a *grande colheita*. A missão da Igreja seria levar as mensagens do Evangelho a todos os países, extrapolando as fronteiras nacionais, vistas como contingentes e provisórias. Chegado esse tempo viria o *fim* quando ocorreria o segundo retorno de Jesus Cristo (Mateus 24,14). Os discursos da *colheita* e da *chegada da hora* foram ressignificados e reatualizados constantemente pelas lideranças da Assembleia de Deus a fim de atribuir novos significados e de atualizá-los, especialmente diante das novas conjunturas da sociedade e do não retorno de Jesus Cristo, previsto para o ano 2000.

As lideranças também procuravam dissociar a virada do milênio com o projeto *Década da Colheita*, que seria concluído no ano 2000. As temporalidades seriam distintas, o retorno de Jesus e o arrebatamento seriam um ato de soberania de Deus, cujo dia e hora ninguém sabia. Ou seja, não tinham como determinar a duração da espera e de seu retorno, porém havia sinais já previstos que deveriam ser observados. Ao identificarem os acontecimentos como *sinais* “seria possível conhecer seus desdobramentos através da exegese das profecias bíblicas” (ARAÚJO, 2000, p. 197).

Nesse contexto de ofensiva, esses discursos escatológicos foram veiculados constantemente como meio de mobilizar, converter e salvar o maior número possível de pessoas antes do arrebatamento e para conclamar seus fiéis para seguirem a vida cristã, obedecerem às normas da instituição e à sua hierarquia e se afastarem de tudo que negasse o sagrado. Os fiéis que não abandonassem o pecado e o mal continuavam a serem infiéis e seriam deixados por Jesus no arrebatamento e fariam parte da igreja apóstata e estariam sujeitos à ira de Deus (CGADB, 2014). A Igreja, diante dessa urgência, desse momento decisivo, deveria assumir sua responsabilidade e, numa corrida contra o relógio, mobilizar-se por meio de uma ação planejada para levar a salvação a todos (PROJETO, 1990, p. 15). A *Década da*

Colheita seria um desses meios. Enfim, a eficácia dos discursos sobre a *emergencia dos últimos dias* e sua iminência residia na mobilização de valores que faziam parte do imaginário religioso dos assembleianos e dos brasileiros.

As metas previstas no projeto *Década da Colheita* eram apresentadas como viáveis e tinham como parâmetro o crescimento na década de 1980. Assim, para que fossem alcançados os três milhões de intercessores, as igrejas deveriam solicitar à Comissão da *Década da Colheita* cupons que deveriam ser distribuídos aos fiéis e, após preenchidos com nome e endereço, deveriam ser remetidos aos escritórios regionais. Esses encaminhariam para cada intercessor um plano mensal de oração para cada dia do mês com três objetivos diários. Nas igrejas deveriam ser promovidas meia hora de orações em todas as reuniões, públicas ou não, além de vigílias, jejuns e campanhas de arrecadação de recursos (PROJETO, 1990, p. 15).

A meta de conquistar 50 milhões de fiéis até o ano 2000 também foi apresentada como passível de ser atingida. Os dados estatísticos apresentados superestimavam o número de membros. Em 1991, calculavam que seriam 10 milhões e que as taxas de crescimento seriam de 500%. Seguindo essas projeções, a Igreja conseguiria alcançar os 50 milhões de membros. A fundação de 50 mil novas igrejas e a arregimentação de 100 mil novos *obreiros* seria uma “decorrência natural” do crescimento do número de fiéis. Com relação ao envio de novos missionários para outros países e regiões do Brasil, era meta obrigatória e todos deveriam orar e contribuir para que esse objetivo fosse alcançado. Caso a igreja não tivesse recursos suficientes para manter um missionário deveria se unir a outras para fazê-lo e poderia contar com o apoio financeiro da Secretaria Nacional de Missões da CGADB (PROJETO, 1990, p. 15).

Para que houvesse o crescimento do número de membros era necessária a união de todos em torno desse projeto comum e, sobretudo, aprimorar as estratégias e as ofensivas. Cada igreja deveria estabelecer metas coletivas anuais e os seus membros metas individuais. A evangelização seria o resultado do

aprimoramento dos estudos da doutrina e da submissão de todos à vontade de Deus e de seus representantes a fim de “alcançar o mundo todo com as boas novas até o ano 2000” (PROJETO, 1990, p. 15). O despertar missionário convocava todos para lutar nos exércitos divinos e a pregar, pois a Igreja deveria salvar o maior número de pessoas (SOARES, 1992, p. 2). Os crentes e pastores, como vozes autorizadas, estavam autorizados a intervir, falar, orientar, evangelizar e conquistar almas para Deus.

A ofensiva deveria abarcar várias frentes e utilizar estratégias diversificadas e bem planejadas para que os resultados fossem eficazes e produtivos. Os estudos da doutrina e da teologia objetivavam formar *obreiros* qualificados, que se dedicassem à atividade missionária como voluntários, e para aqueles que exerciam outras atividades, ou tendo exclusividade, recebendo por isso salários ou compensações financeiras. Para arrecadar fundos para viabilizar o projeto foram realizadas campanhas de doações, assim como a cooperação entre as igrejas mais prósperas com as mais carentes de recursos financeiros. O objetivo era manter grande número de *obreiros* que se dedicassem com exclusividade à atividade missionária e garantissem o funcionamento das igrejas (PROJETO, 1990, p. 15). Esse compromisso institucional daria maior competitividade em relação aos concorrentes e revelava o esforço para gerenciar de forma empresarial as igrejas, mantendo-as abertas durante todo o dia, com vários cultos e com pastores e *obreiros* qualificados, realizando atividades missionárias, ou seja, visitando residências, hospitais e escolas, entre outros locais.

Os fiéis deveriam assumir o compromisso de conquistar pelo menos um indivíduo, de treiná-lo e de integrá-lo a fim de que permanecesse na Igreja (PROJETO, 1990, p. 15). Os professores e alunos das escolas dominicais, após o estudo de cada lição, e os fiéis, após os cultos, deveriam colaborar com os pastores nos trabalhos missionários. A evangelização deveria se iniciar nas regiões circunvizinhanças ao templo e, posteriormente, seria desenvolvida em outros locais mais distantes. As cidades deveriam ser esquadrihadas e divididas em setores,

para que fosse realizado trabalho proselitista de casa em casa. Nessa ofensiva, os novos loteamentos, as vilas e os bairros onde a Igreja não estava presente deveriam ser priorizados, assim como seria importante definir locais de pregação pública. Nos locais onde não houvesse templo, as pregações deveriam ser realizadas nas residências, permitindo, dessa forma, a multiplicação dos cultos e a presença da instituição em outras regiões e espaços que deveriam ser ocupados.

O aumento das desigualdades sociais, a acelerada urbanização e industrialização e a intensificação dos processos migratórios do campo para a cidade foram vistos pelas lideranças da Assembleia de Deus como aspectos favoráveis à expansão institucional e numérica. Também foram organizados eventos para atingir outros públicos, sobretudo as classes médias e os que tinham maior escolarização, tais como profissionais liberais, professores e estudantes a fim de superar os estigmas atribuídos à Igreja de ser uma religião de analfabetos, pobres, de indivíduos de cor, que residiam nas periferias e de recém-imigrados.

2 As demonizações dos concorrentes: as disputas pelo mercado religioso e pela salvação durante a Década da Colheita

A *Década da Colheita* estabelecia metas ambiciosas a serem cumpridas. A política editorial da CGADB atendia a esses propósitos de transmissão das mensagens, da instrução doutrinária e de mobilização dos leitores. Porém, o êxito do projeto dependia das lideranças, dos pastores e dos fiéis. Todos deveriam ser mobilizados para as metas, preparados para a guerra e para atuarem como um exército.

A imprensa teve importante papel na mobilização dos fiéis, no reforço identitário e na criação de uma aparente coesão teológica e litúrgica. Estar em plena *Década de Colheita* tinha conotação de conquista, de guerra, de ação coletiva e de cruzada. As publicações oficiais da Assembleia de Deus foram constantemente aperfeiçoadas para se adequarem ao mercado editorial. Houve também uma diversificação das publicações para atender diferentes públicos, inclusive aos que

não pertenciam a Igreja. Foram realizados grandes investimentos em pessoal e em equipamentos, na construção de parques gráficos e no aperfeiçoamento dos dispositivos gráficos e textuais. Esses empreendimentos, apesar das dificuldades enfrentadas, foram bem sucedidos, tornando-se sucessos editoriais e fontes de renda.

Nessa ofensiva, as escolas dominicais eram estrategicamente importantes para homogeneizar as doutrinas, as teologias e as posturas frente ao mundo e suas transformações, assim como para construir e reforçar os laços identitários e para mobilizar os fiéis. As aulas semanais foram estruturadas para atender esses objetivos, pois eram organizadas a partir da leitura e reflexão dos textos publicados na revista *Lições Bíblicas*. Para os professores, criou-se a *Revista do Professor de Jovens e Adultos da Escola Dominical*, que incluía as lições semanais e textos paradidáticos sobre os temas abordados e trazia orientações sobre didática e estratégias de ensino. As aulas eram minuciosamente planejadas para esvaziar a criatividade, pois o uso do tempo era cronometrado de forma a não dar espaços aos professores e alunos, aspecto que revelava as tentativas da CPAD de disciplinar as práticas de leitura e o ensino na sala de aula.

Entre as preocupações do Departamento da Escola Dominical estavam o aperfeiçoamento intelectual dos professores, tanto na sala de aula quanto na administração da escola, a vigilância sobre os professores pelos pastores, o aprimoramento e ampliação das publicações voltadas à escola dominical e o refinamento das técnicas de controle das práticas de leitura e de ensino. Quando os resultados não eram os esperados criavam-se e rearranjavam-se táticas e estratégias. Ou seja, as alterações implicavam em modificações nas representações no campo da recepção. A revista foi constantemente aperfeiçoada tanto nos aspectos composicionais como nos linguísticos e textuais, assim como nos currículos escolhidos para se adequar às transformações da sociedade e às diretrizes institucionais (FONSECA, 2011, p. 71-83; 85-108). Ao analisar a recepção dos periódicos da Assembleia de Deus, tendo como objeto um leitor comum e

professor da escola dominical, Fonseca (2011, p. 154) revelou os diferentes sentidos, significados e apropriações dados aos textos e a inversão criativa das estratégias editoriais. Essas apropriações diferenciadas revelavam “a livre interpretação das mensagens e a utilização dos textos em espaços e finalidades que fugiam às normas minuciosamente arquitetadas pelos editores.” A rigidez, o conservadorismo e a defesa dos valores tradicionais também foram burladas pelos pastores e fiéis, pois muitos adquiriam aparelhos de TV e tinham o hábito diário de assistir aos programas. Assim, não havia uma coesão doutrinária e teológica e nem submissão absoluta.

A grade curricular da escola dominical centralizava-se na teologia, na doutrina da Igreja e no estudo da Bíblia sob bases conservadoras. As defesas dos fundamentos bíblicos autorizavam as lideranças a condenarem a sociedade contemporânea, sobretudo a secularização, o materialismo, os regimes comunistas, a erosão da moral e a ciência. No Brasil, criticavam e deslegitimavam, a partir de preceitos bíblicos, todos os concorrentes, os movimentos sociais, as esquerdas, as reivindicações dos trabalhadores do campo e da cidade, as lutas pelos direitos civis das mulheres e das minorias sexuais e étnicas, os movimentos pacifistas pela paz, as lutas estudantis, os movimentos contraculturais, os meios de comunicação massivos e as religiões e os grupos concorrentes. A defesa ao governo constituído, como da sujeição dos fiéis, desde que ele não se opusesse à fé, os autorizava a combater àqueles que o criticassem, pois toda a autoridade era instituída por Deus e os opositores estariam criticando a Deus.

A Bíblia, considerada irrepreensível, perfeita e infalível, continha os princípios religiosos incontestáveis que somente os assembleianos seguiam, garantindo apenas a eles a salvação no segundo retorno de Jesus Cristo. Nesse sentido, formavam uma comunidade de fiéis na qual todos seriam salvos, pois partilhavam a submissão às verdades bíblicas. Porém, a salvação individual deveria ser estendida a toda a humanidade, daí a necessidade da expansão institucional e da ofensiva evangelizadora.

Na busca de controle e de monopolização do mercado religioso, as lideranças, pastores, professores das escolas dominicais e os *obreiros* adotavam discursos de poder e de demonização contra os concorrentes, utilizando linguagens agressivas e detratórias que reforçavam identidades e excitavam os processos geradores da alteridade. Converter, salvar os que não estavam salvos, incrementar a fé e as vivências religiosas tinha a conotação de conquista, de purificação do território e de transformação do espaço a ser incorporado sob os domínios da Assembleia de Deus.

As religiões concorrentes seriam defensoras de “falsos ensinamentos”, preceitos “antibíblicos” que tinham inspiração demoníaca. A Bíblia, representada como a palavra de Deus inspirada e infalível, seria a única fonte para discernir entre a ortodoxia bíblica e as heresias, entre a verdadeira religião (Assembleia de Deus) e as falsas. A pluralização crescente do mercado religioso brasileiro e internacional foi interpretada como um sinal indicativo, já previsto, do final dos tempos, quando apareceriam falsos profetas e mensagens religiosas que deveriam ser extirpadas (ORTODOXIA E HERESIA, 1997, p. 3-5).

Conhecer os concorrentes permitia planejar e gerenciar a ofensiva a fim de instaurar a ordem e a ortodoxia. As religiões e as diversas de igrejas, movimentos, correntes e alternativas religiosas foram ordenadas e classificadas em *religiões e seitas*, divididas em “pseudocristãs”, “orientais”, “ocultistas” e “secretas” (ORTODOXIA E HERESIA, 1997, p. 4-5). A classificação em grupos e subgrupos postulava uma estrutura, ao separá-las em entidades distintas e ao forjar semelhanças e dessemelhanças entre elas. O esforço por ordenar e classificar, com bases teológicas, denunciava a preocupação em conhecer para criar ações e estratégias diferenciadas para combatê-las e serviria também de guia para o futuro, na medida em que os inimigos fossem conhecidos.

Em 1992, a revista *Lições Bíblicas*, no 4º trimestre, propôs treze lições, que seriam ministradas no quarto trimestre das escolas dominicais, que trabalhavam as

diferentes religiões. O tema era *religiões, seitas e doutrinas falsas*, e enfocava temas “antibíblicos” de cada uma delas, seguidas das contestações e do que seria a *verdadeira* interpretação e leitura (GILBERTO, 1992, p. 2). No segundo trimestre de 1997 a revista *Lições Bíblicas* publicou outras treze lições sobre *Seitas e Heresias*. Foram combatidos e demonizados: o Catolicismo Romano, o Islamismo, o Budismo, o Espiritismo, a Igreja Messiânica, a Igreja de Jesus Cristo dos santos dos Últimos Dias, a Maçonaria, o Rosacruzianismo, os Testemunhas de Jeová, os Adventistas, a Confissão Positiva, as Seitas Modalistas, o Adventismo do Sétimo Dia, a Igreja da Unificação e a Congregação Cristã do Brasil (LIÇÕES BÍBLICAS, 1997, p. 3-64).

Nesse contexto, o principal inimigo a ser combatido era a Nova Era, representada como uma ameaça herética à humanidade e que poderia persuadir os incautos, inclusive os fiéis da Assembleia de Deus (O MOVIMENTO, 1992, p. 6). Já no final da década de 1990, as lideranças da igreja, para defenderem a expansão pretendida, começaram a perceber outros concorrentes na acirrada batalha pelo mercado religioso brasileiro. Eram as religiões neopentecostais, como a Universal do Reino de Deus (1977), a Igreja Internacional da Graça de Deus (1980), a Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra (1976) e a Renascer em Cristo (1976), que cresciam em número de igrejas e de fiéis.

Os neopentecostais ofereciam bens simbólicos mais atrativos, tais como a teologia da prosperidade, a cura, o descarrego e o exorcismo do demônio. O sucesso que alcançaram devia-se também às suas estratégias litúrgicas, a utilização de *shows* e da mídia para propagar suas mensagens e atrair os indivíduos para os seus templos, à sua “maquinaria de arrecadação financeira” e à sua gestão empresarial. Os neopentecostais compravam horários nos canais de televisão e rádio e investiam em canais próprios. Segundo Souza (2000, p. 252-253), até 1996 a revista *Lições Bíblicas* não fazia nenhuma alusão explícita às práticas e crenças neopentecostais, mas eram frequentes as críticas a determinados movimentos religiosos, representados de forma genérica. A Igreja Universal do Reino de Deus se tornou alvo de interesse, estudo, crítica e de demonização, sobretudo após o seu

grande crescimento, da compra da TV Record, em 1990, e do episódio conhecido como “o chute da santa”, em um programa do canal da emissora, e da prisão do bispo e líder Edir Macedo (SOUZA, 2000, p. 252-256).

A Igreja Universal do Reino de Deus foi representada como um pseudo-segmento do movimento pentecostal, antibíblico, experimental, herético, modista, considerada charlatã, que enganava e explorava financeiramente o povo, que se apropriava de seus bens em troca de cura e prosperidade, entre outras motivações. A importação do *marketing* religioso das igrejas neopentecostais foi criticada e proibida. Segundo o presidente da CGADB, José Wellington Bezerra da Costa, a Assembleia de Deus tinha uma identidade consolidada e admoestava os pastores para que não copiassem a doutrina, a liturgia e as estratégias de mercado das igrejas neopentecostais, representadas como afeitas ao mundanismo e que se contrapunham a doutrina e liturgia praticadas na Assembleia de Deus (COSTA, 2000, p. 16-31).

Em suma, as lideranças da Assembleia de Deus viam nos concorrentes não somente um inimigo em potencial e real, mas alguém demoníaco, que falseava a verdadeira religião e que deveria ser combatido. Ao nomear, classificar e analisar os concorrentes com elementos negativos e detratores criou divisões, tratamentos desiguais e distinções entre os salvos e os não-salvos e entre os “*nós assembleianos*”, comunidade de fiéis, um “parentesco espiritual”, em que todos partilhariam a submissão às mesmas verdades bíblicas, com uma identidade distintiva e aparentemente una, e os *outros*, “*eles*, os não-assembleianos”, os não salvos e condenados ao inferno.⁶ A construção de saberes e de diferenças irreduzíveis revelavam as tentativas de dominar, de conquistar o poder e de “colonizar” as religiões concorrentes. A Assembleia de Deus seria a única religião a oferecer a salvação e a segurança em uma conjuntura representada como conturbada e próxima do fim. O objetivo final era erradicar todos os concorrentes,

⁶ O crescimento pentecostal também está associado à sua capacidade de criar identidades, vínculos de amizade e irmandade e os casamentos endogâmicos (OLIVA; BENATTE, 2000, p. 36).

que deveriam ser destruídos e seus adeptos evangelizados. As comparações que se estabelecia eram sempre na linha da condenação e, ao mesmo tempo, da construção de diferenças e da negação do diálogo inter-religioso. A existência desses *outros* era construída como uma ameaça à Assembleia de Deus, aos indivíduos, aos governos, aos países e à humanidade.

3 Os olhares sobre si: balanços e reformas no projeto *Década da Colheita* (

Em 25 e 30 de janeiro de 1995 foi realizada a 32^a Convenção da CGADB na qual foram avaliados os primeiros cinco anos da *Década de Colheita* e a presença da Assembleia de Deus no Brasil. Valdir Bicego, secretário do projeto, informou que a meta de alcançar 50 milhões de fiéis não seria alcançada, exceto se houvesse um crescimento, até 2000 de 31% ao ano.⁷ Os pastores e os fiéis foram admoestados para se empenharem, o que denunciava o pouco engajamento dos mesmos. Os resultados abaixo das expectativas do projeto *Década da Colheita* acirraram as divisões internas entre lideranças conservadoras e revisionistas, sobretudo em relação à adequação dos *usos e costumes* e aos posicionamentos frente aos meios de comunicação (FONSECA; ROIZ, 2009, p. 199-200).

Os conservadores defendiam a rigidez dos *usos e costumes*, o reforço doutrinário e da identidade assembleiana e a expulsão dos pastores revisionistas.⁸ Diante das transformações da sociedade e de um mercado religioso competitivo valorizavam a manutenção da doutrina e os valores tradicionais, elementos identitários distintivos das demais opções religiosas. Para esse grupo, o conservadorismo e a rejeição do mundo e de suas transformações trariam vantagens e competitividade à instituição. O afrouxamento doutrinário comprometeria a expansão institucional e a diminuição do número de membros. Nesse sentido, acreditavam que o problema não seriam as rígidas doutrinas, mas a não observância das mesmas.

⁷ O pastor Valdir Bicego foi considerado, no meio assembleiano, como testemunha o pastor Sérgio Cunha, o *profeta da Década da Colheita* e um dos maiores pregadores do século XX da Assembleia de Deus do Brasil. (CUNHA, 2014).

⁸ A expulsão foi defendida pelo pastor Raimundo Soares de Lima, de Indaiatuba, SP.

Porém, apesar das proibições, alguns pastores tinham aparelhos de televisão. Em 1973, o pastor conservador Túlio de Barros Almeida foi acusado de ter um aparelho e de assistir a seus programas. Ao defender-se, contrapôs-se à proposta de expulsão para os pastores revisionistas e dos que tivessem aparelhos de televisão, pois era necessária a “mansidão para que os fracos sejam reerguidos na fé” (DANIEL, 2004, p. 578). Em suma, as proibições não estavam impedindo os assembleianos, inclusive de lideranças, de se absterem de ter aparelhos e de assistirem a programas considerados inadequados e demoníacos. Já o presidente da CGADB, José Wellington Bezerra da Costa, defendeu uma proposta conciliadora, ao se posicionar contra os radicalismos, como a expulsão dos pastores revisionistas, e defendeu a união entre os pastores. As divergências internas iriam *dividir* e não *somar*, sobretudo numa conjuntura de ofensiva e de disputa pelo mercado religioso (DISCURSO, 1995, p. 3).

Os revisionistas interpretavam os *usos e costumes* como um “fardo”, pois tinham sido formulados há mais de 30 anos e não se adequavam às transformações da sociedade e dificultavam o crescimento numérico e institucional. Essa posição interna se assentava no modesto crescimento do número de membros e pela elevada evasão. Muitos crentes mudavam de religião ou não permaneciam na nova comunidade religiosa (OLIVEIRA, 1997, p. 143). As normas, pelo seu ascetismo de rejeição do mundo, restringiam as liberdades e impediam a Assembleia de Deus de competir pelo mercado religioso com uma oferta de bens de salvação mais atrativa que os concorrentes (DANIEL, 2004, p. 578). Argumentava-se que a Igreja deveria ter “a consciência do tempo que ela está vivendo” e que não poderia “ficar engessada por sistema ‘sacralizado’ que funcionou em tempos passados”, mas que havia se tornado obsoleto e arcaico, levando os assembleianos a uma “vida amargurada, repressiva e derrotada”. Ou seja, elas tinham se tornado “barreiras” que impediam a Igreja de analisar e de se posicionar diante dos novos desafios que se apresentavam. Ao permanecer “engessada” ficaria obsoleta, deixaria de ser atrativa e perderia fiéis. Sobre a televisão, defendiam que havia outros “problemas” e “aspectos da vida cristã” mais importantes e urgentes a serem considerados. Ter

aparelhos de TV, assistir a programas não era relevante para desautorizar a fé dos pastores e dos fiéis (MENEZES, 1292, p. 18). Enfim, defendiam a crença que os membros da Igreja deveriam ser felizes, saudáveis, prósperos, vitoriosos nos seus empreendimentos e rejeitavam a santidade tradicional defendida pela rigidez dos *usos e costumes*. Essas mudanças também procuravam romper com o ascetismo tipificado nos estereótipos pelos quais eram reconhecidos e estigmatizados pela sociedade.

Além dessas mudanças, outras já estavam em curso. Em 1994, por exemplo, durante o Encontro dos Líderes das Assembleias de Deus (ELAD), predominou a posição dos conservadores.⁹ Em 1995, durante a 32^a CGADB, os revisionistas conseguiram impor na pauta temas como regimento interno, a análise da *Década da Colheita* e os motivos do alto índice de evasão dos fiéis e temas como divórcio, doutrinas e costumes, eleições e fundo convencional (OLIVEIRA, 1997, p. 143). Os revisionistas defendiam a necessidade de tornar as mensagens mais atrativas e o investimento no evangelismo eletrônico, devido à eficácia das suas técnicas e estratégias e pela oferta sistemática dos serviços de salvação. A Assembleia de Deus do Amazonas, desde 1997, por exemplo, contrariando a Resolução de Santo André, veiculava o programa de televisão *Movimento Pentecostal* e passou a transmitir os cultos da CGADB, ao vivo, por meio do satélite *Jesus Sat*, da *Rede Boas Novas* de rádio e televisão.¹⁰

Os conflitos e divergências internas eram grandes e geravam tensões e conflitos. O presidente da CGDB, pastor José Wellington Bezerra da Costa, defendeu a possibilidade de “unir o entusiasmo dos mais jovens à experiência dos mais velhos” sem que fosse mudado o perfil, elemento distintivo, que era ser uma “igreja conservadora e que prima[va] pela ortodoxia doutrinária” (DANIEL, 2004, p. 569-570). Como decorrência, houve a criação de uma Comissão Especial com o fim de propor reformas nos *usos e costumes* e que seriam debatidos e aprovados no 5^o Encontro de Líderes da Assembleia de Deus (ELAD), entre os dias 23 e 26 de

⁹ O encontro foi realizado entre os dias 18 e 20 de janeiro (COUTO, 1996).

¹⁰ A *Rede Boas Novas* é uma rede de televisão e rádio pertencentes ao pastor Samuel Câmara, da Assembleia de Deus do Amazonas, e foi criada em 1993. A partir de 1997, com o programa *Movimento Pentecostal*, houve a transmissão de cultos da CGADB pela televisão.

agosto de 1999. As lideranças conservadores defendiam que as reformas não poderiam ser radicais e que deveriam ser mantidas as “doutrinas básicas e os bons costumes” (DANIEL, 2004, p. 569-570). Eles defendiam que as distinções entre sexos tivessem contornos definidos e que não fossem transgredidas e estabeleciam sanções às incertezas e às indefinições.

As reformulações aprovadas no 5º Encontro de Líderes foram apresentadas como uma *atualização*, baseadas em *princípios sadios*, e que estavam em sintonia com a Bíblia, fonte de autoridade desses discursos. Assim, evitavam resistências e evasões dos conservadores e dos fiéis. As reformulações aprovadas trouxeram grandes transformações que tornavam a Igreja mais competitiva e atraente nas disputas pelo mercado religioso brasileiro.

As resoluções continuavam a proibir os homens de terem cabelos longos e incluíam novas restrições: os cortes considerados “extravagantes”, mais frequentes entre os jovens; às mulheres de seguirem a moda, de usarem calças e “vestimentas indecentes e indecorosas, ou sem modéstia” e de cortarem os cabelos curtos. Foi permitido o uso de maquiagem, de cosméticos, a depilação das sobrancelhas e a pintura das unhas e dos cabelos, porém sem exageros. Foram proibidas as tatuagens, o uso de bebidas alcoólicas e o mau uso dos meios de comunicação, tais como televisão, *internet*, rádio e telefone (DANIEL, 2004, p. 579). Assim, estavam liberados, com algumas restrições, o corte dos cabelos, o uso de maquiagem e o uso da televisão, telefone, rádio, incluindo a nova mídia em expansão no Brasil, a *internet*. Esses meios de comunicação perderam o *status* de demoníacos, de ameaça à moral e à saúde pública e de promotores de todos os malefícios da sociedade. Recomendava-se apenas o “bom uso” tanto aos pastores quanto aos fiéis.

As reformas suscitaram um amplo debate sobre a identidade da Assembleia de Deus, que para muitos, teria sido “perdida”. Outros discursos defendiam que as reformas teriam mantido o “nosso conteúdo doutrinário e a *nossa* identidade”

(grifo meu) (COSTA, 2000, p. 16-31). Os *usos e costumes*, e sobretudo a doutrina, continuaram a ser valorizados como distintivos sobre as religiões concorrentes e como uma *vantagem positiva* na disputa pelo mercado religioso. O conservadorismo permanecia na condenação ao homossexualismo, à eutanásia, ao aborto, ao divórcio, ao feminismo e às uniões entre pessoas do mesmo sexo, entre outras. Permanecia também a interdição aos jogos, ao álcool, ao tabaco, às drogas e ao sexo extraconjugal.

A flexibilização evidenciava a disposição das lideranças para acompanharem as transformações do campo religioso, do pentecostalismo, da sociedade brasileira e, por outro lado, a necessidade de investirem em novas estratégias para aumentar o número de fiéis. A Assembleia de Deus, depois de 30 anos de debates e disputas, adequava-se às transformações tecnológicas e abria-se à grande e pequena mídia (fitas cassetes e filmes de vídeo), às transmissões dos programas de rádio e TV, via satélite e *internet*, à evangelização eletrônica por meio da compra de espaços em canais privados, ao uso de mensagens via e-mail, às chamadas telefônicas, aos *websites*, entre outras. Segundo Mariano (2004), o proselitismo em rádio e TV, ao difundirem as mensagens e os apelos das igrejas, tornou-se meio para atrair grande número de indivíduos das mais diversas localidades geográficas e alcançar aqueles que não tinham contato ou relação de confiança, amizade e parentesco com os fiéis da denominação. Em suma, as reformas dos *usos e costumes* evidenciaram a “maior permeabilidade às influências da cultura de consumo; com isso a moral de santidade ou ascese de negação do mundo” foi afrouxada, acompanhada por “significativas mutações na escatologia, de extra para intramundana” (OLIVA; BENATTE, 2000, p. 44).

Em 2000, após a virada do milênio, que se processou sem incidentes, ou seja, sem o esperado retorno de Jesus Cristo, o presidente da CGADB, pastor José Wellington Bezerra da Costa, avaliou a instituição qualificando-a como a melhor religião das existentes e evidenciou, por um lado, aspectos distintivos da Assembleia de Deus frente aos concorrentes e que a diferenciava, e, por outro, a

preocupação com as mudanças, que flexibilizavam essa identidade e os valores do passado, que ameaçariam sua pujança (COSTA, 2000, p. 16-31). A não concretização do fim dos tempos e as incertezas quanto à volta de Jesus levaram-no a temer o afastamento de muitos da Igreja e da vida cristã e a migração dos fiéis para outras religiões, classificadas como inferiores e sem revelação. Seu objetivo era, sobretudo, fortalecer laços identitários e doutrinários e a vivência espiritual num milênio secularizado que se iniciava. O fiel deveria manter-se próximo do sagrado e de uma vivência cristã legítima, pois estaria vivendo no tempo do fim.

Segundo Araújo (2000, p. 204-205), os artigos publicados no jornal *Mensageiro da Paz* sobre escatologia se intensificaram no início da década de 1980. Sob essa perspectiva, os acontecimentos históricos seriam como marcas de localização temporal no grande quadro das dispensações, ou seja, o “futuro poderia ser sinalizado a partir da leitura dos sinais previstos nas profecias bíblicas.” O fim da União Soviética, o *bug* do milênio, os fenômenos climáticos, o crescimento da violência, a crise econômica mundial, a expansão do Islamismo, o ataque às Torres Gêmeas e ao Pentágono, os conflitos no Oriente Médio, os conflitos armados, o aumento da pobreza, a formação de blocos econômicos e de governos centralizados, a adoção de moedas únicas, o aparecimento de falsos profetas e ministros do Evangelho e a crise moral, entre outros males, estariam articulados ao projeto de Deus para a redenção da humanidade. Ou seja, esses males seriam positivos, pois levariam os indivíduos a buscarem Deus e a salvação. Assim, a *colheita* seria inevitavelmente grande (MESQUITA, 2004, p. 229).

Para Araújo (2000, p. 204-205), essa escatologia produzida pelos institutos bíblicos brasileiros foi influenciada pelos teólogos norte-americanos. Como decorrência, as representações acerca dos acontecimentos e do mundo estavam permeadas pelos interesses e pela política externa dos Estados Unidos. Nesse sentido, estaria marcada pelo anticomunismo, pela crítica ao fortalecimento europeu, pela representação dos árabes como inimigos e dos judeus, ao contrário, como povo eleito, sendo Israel a nação protegida por Deus.

O projeto *Década da Colheita* continua vigente na contemporaneidade, com novas roupagens, adequadas aos “novos tempos”, porém com os mesmos propósitos. O ano de 2013, por exemplo, foi um *Ano de Colheita*. As estratégias centraram-se na capacitação dos fiéis para viabilizar a expansão e o crescimento do número de membros, nos investimentos em programas de rádio e televisão, no envio de missionários para o exterior, no fortalecimento da EBD, nos projetos assistenciais e na ressocialização de usuários de drogas e presidiários, entre outras. O grande objetivo era conquistar os jovens, que deveriam ser mobilizados para a tarefa missionária, a *Grande Comissão* para evangelizar o mundo inteiro num futuro próximo. No “tempo do fim”, a Igreja deveria conquistar e salvar os indivíduos “menos evangelizados” ou aqueles que nunca tiveram acesso ao Evangelho. Até os indivíduos que pertenciam à religião cristã protestante deveriam ser evangelizados, ou seja, era preciso converter a todos. Concretizada a *colheita* adviria o arrebatamento final (MORAIS, 2014). Continua a existir uma *emergência* para estabelecer o reinado de Cristo. A batalha no novo milênio continua até toda a humanidade se tornar cristã. Porém, outros inimigos surgiram além das religiões concorrentes, entre eles o afastamento de Deus ou sua colocação em segundo plano (MORAIS, 2014).

Conclusão

Ao longo dos anos 1990 houve uma disposição das lideranças da Assembleia de Deus para acompanhar as transformações em curso na sociedade brasileira, no pentecostalismo e no campo religioso. Como decorrência, conquistaram uma excepcional expansão numérica e institucional, que foi acompanhada pela consolidação da sua presença nos campos midiáticos, assistenciais, editoriais, políticos e partidários e também mercadológico, com a oferta de produtos religiosos. A Igreja ampliou também o seu público, que não se restringiu aos pobres ou àqueles que possuíam um nível de escolaridade mais baixo, ao incorporar as classes médias, empresários, profissionais liberais, atletas e artistas. Apesar da diversificada oferta de denominações pentecostais, a Assembleia de Deus, a

Congregação Cristã do Brasil e a Universal do Reino de Deus foram as religiões que mais cresceram, concentrando 74% dos pentecostais (13 milhões de membros) e conquistaram visibilidade pública, sucesso na política partidária, espaços na televisão, legitimidade e reconhecimento social (MARIANO, 2004).

A *Década da Colheita* não alcançou os resultados planejados de chegar a 50 milhões de membros, porém propiciou um crescimento excepcional. De acordo com o Censo de 1991, a Assembleia de Deus tinha 2.439.770 membros e no de 2000 passou à marca de 8.418.154. Segundo Mariano, o Censo de 1991 subestimou o número de assembleianos, o que elevou artificialmente a taxa de crescimento na década seguinte, taxa que não deve ter alcançado a metade dos 14,8% (MARIANO, 2004). Assentando-se na afirmação da identidade assembleiana, na habilidade de explorar as mudanças sociais aceleradas da sociedade brasileira, e na disposição de adaptarem-se às mudanças, a Igreja conseguiu crescer 245% nos anos de 1990 e detinha o posto de maior igreja pentecostal do Brasil. Esses dados estatísticos agrupam as duas Assembleias, ou seja, as igrejas ligadas à Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil – CGADB e as vinculadas à Convenção Nacional de Ministros da Assembleia de Deus de Madureira - CONAMAD. Nesse sentido, o real número de membros da CGADB e os resultados alcançados na *Década da Colheita* devem ser relativizados.

Os projetos de *Colheita* ressignificaram os discursos escatológicos atualizando-os sob diferentes formas e contextos. Essa proliferação discursiva acompanha a Assembleia de Deus desde a sua fundação no Brasil e são eficazes para mobilizar, converter e como estratégia para disputar o mercado da salvação e para reforçar os laços identitários. Os investimentos para combater e deslegitimar os concorrentes e para defender o que seria a verdadeira experiência pentecostal continuam grandes e são utilizados meios diversos. Esses aspectos possibilitam compreender a expansão, a legitimidade e o reconhecimento social conquistados pela Igreja na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

- A DÉCADA da colheita. **Mensageiro da Paz**, Rio de Janeiro, v. 60, n. 1.238, p. 11, mar. 1990.
- ARAÚJO, Arão Inocêncio Alves de. Sob o domínio do presente, a valorização do tempo presente no pentecostalismo assembleiano brasileiro (1950-1990). In: OLIVA, Alfredo dos Santos; BENATTE, Antonio Paulo. **Cem anos de Pentecostes** – Capítulos da história do pentecostalismo no Brasil. São Paulo, Fonte Editorial, 2000. p. 163-209.
- COSTA, José Wellington Bezerra da. **“Preservem nossa identidade e doutrina”**. **Mensageiro da Paz**, Rio de Janeiro, ano 70, n. 1354, p. 16-31, jan. 2000.
- COUTO, Jeremias. Caminhos da Assembléia de Deus na primeira metade dos anos 90. **Revista Obreiro**, Rio de Janeiro, CPAD, n. 71, p. 76, 1996.
- CUNHA, Sérgio. Valdir Bicego - O Profeta da Decada da Colheita. Disponível em: <<http://pastorsergiocunha.blogspot.com.br/2010/03/valdir-bicego-o-profeta-da-decada-da.html>>. Acesso em: 03 abr. 2014.
- DANIEL, Silas. et al. **História da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil**. Rio de Janeiro: CPAD, 2004.
- DISCURSO de posse do pastor reeleito presidente da CGADB em 1995, José Wellington da Costa. **Mensageiro da Paz**, Rio de Janeiro, v. 65, n. 1.296, p. 3, mar. 1995.
- EDITAL de convocação da CGADB para a Assembleia Geral Extraordinária. **Mensageiro da Paz**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 1.231, p. 1, ago. 1989.
- EVANGELIZEMOS o mundo. **Lições Bíblicas**, Rio de Janeiro, Lição 11, p. 37-40, jun. 1992.
- FONSECA, André Dioneu. **As fronteiras das leituras: imprensa e práticas de leitura na Igreja Assembléia de Deus (1980-1990)**. Dourados, 2011. 168p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados.
- FONSECA, André Dioneu; ROIZ, Diogo da Silva. As representações da Igreja Assembleia de Deus sobre a televisão entre 1960 e 2000. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 4, n. 2, p. 185-205, maio, 2009.
- GILBERTO, Antonio. **Religiões, seitas e doutrinas falsas**. Lições Bíblicas. Rio de Janeiro, Lição do 4. trim, p. 2, out. 1992.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

- MARIANO, Ricardo. Crescimento pentecostal no Brasil: fatores internos. **Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, v. 8, p. 68-95, dez. 2008.
- MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 121-138, set./dec. 2004.
- MARIN, Jérri Roberto. Desmascarando os falsificadores da palavra: a Assembleia de Deus diante do mercado religioso da década de 1990. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá (PR), v. 5, n.15, jan/2013. ISSN 1983-2850. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>>. Acesso em: 03 abr. 2014. (Anais do IV Encontro Nacional do GT História das Religiões e das Religiosidades – ANPUH - Memória e Narrativas nas Religiões e nas Religiosidades).
- MENEZES, Fernando Grangeiro de. Televisão, uma questão de sinceridade. **Mensagem da Paz**, Rio de Janeiro, v. 64, n. 1292, p. 18, 1994.
- MESQUITA, Antônio (Org.). **Mensagem da Paz: os artigos que marcaram a historia e a teologia do Movimento Pentecostal no Brasil (1919-2004)**. Rio de Janeiro: CPAD, 2004. 3v. ¹
- MORAIS, Pastor José Alves Neto. **Década da colheita**. Assembleia de Deus. Disponível em: <http://www.apazdosenhor.org.br/p_index.php?pag=decada>. Acesso em: 03 abr. 2014.
- O MOVIMENTO Nova Era desmascarado. **Lições Bíblicas**, Rio de Janeiro, Lição 1, p. 3-6, out. 1992.
- OLIVA, Alfredo dos Santos; BENATTE, Antonio Paulo. Um século de pentecostes no Brasil: algumas observações. In: OLIVA, Alfredo dos Santos; BENATTE, Antonio Paulo. **Cem anos de Pentecostes** – Capítulos da história do pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Fonte Editorial, 2000. p. 31-66.
- OLIVEIRA, Joanyr. **As Assembléias de Deus no Brasil: sumário histórico ilustrado**. Rio de Janeiro: CPAD, 1997.
- ORTODOXIA E HERESIA. **Lições Bíblicas**, Rio de Janeiro, Lição 1, p. 3-7, abr. 1997.
- OS RUMOS da constituinte. **Mensagem da Paz**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1.193, p. 15-16, set. 1986.
- PIERUCCI, Antônio Flavio. “Bye bye, Brasil” – o declínio das religiões tradicionais no Censo 2000. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 17-28, set./dec. 2004.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte, In: PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. **A realidade social das religiões no Brasil: religião sociedade e política**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 163-191.

POMPA, Cristina. A construção do fim do mundo: para uma releitura dos movimentos sócio-religiosos do Brasil “rústico”. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 177-212, 1998.

POR QUE eleger nossos constituintes. **Mensageiro da Paz**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1.179, p. 12, jul. 1985.

PROJETO para a Década da Colheita. **Mensageiro da Paz**, Rio de Janeiro, v. 60, n. 1.237, p. 15, fev. 1990.

ROLIM, Francisco Cartaxo. **O que é pentecostalimo?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

SOARES, Adilson Faria. Lições Bíblicas. **Revista da Escola Bíblica Dominical**, Rio de Janeiro/CPAD, n. 30, p. 2, 1992.

SOUZA, Elton Fernandes de. Conflitos entre pentecostais: representações da Igreja Universal do Reino de Deus no âmbito da Igreja Evangélica Assembleia de Deus do Brasil (1990 - 2009). In: OLIVA, Alfredo dos Santos; BENATTE, Antonio Paulo. **Cem anos de Pentecostes** – Capítulos da história do pentecostalismo no Brasil. São Paulo, Fonte Editorial, 2000. p. 249-284.

Periódicos consultados:

Lições Bíblicas. 4º trim. de 1992. Rio de Janeiro: CPAD, 1992.

Lições Bíblicas. 2º trim. 1997. Rio de Janeiro: CPAD, 1997.

Mensageiro da Paz (1985 – 2000)

Revista da Escola Dominical (1990 – 2000)

Revista Obreiro (1990-2000)